

Católicas criticam recuo do governo Lula no Programa Nacional de Direitos Humanos

A organização não-governamental Católicas pelo Direito de Decidir (CDD/Br) divulgou nota de repúdio ao recuo do governo sobre posições assumidas no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Segundo o texto da nota, ao aceitar mudanças em temas como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo o governo Lula *“dobra-se à pressão política da hierarquia católica, sobrepondo interesses eleitorais à vida das mulheres e à dignidade de pessoas homossexuais”*.

O PNDH-3 resultou de ampla discussão entre instâncias governamentais e a sociedade brasileira e foi instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21/12/09.

A nota da ONG Católicas é uma reação às declarações do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que após reunião com o secretário-geral da CNBB afirmou que o presidente Lula havia determinado mudanças no texto do programa em relação ao aborto ([Agência Brasil - 02/02/10](#)).

Leia a seguir a íntegra da nota das Católicas pelo Direito de Decidir:

**“Declaração de apoio de Católicas pelo Direito de Decidir ao III PNDH
Com quem o governo dialoga? A quem o governo respeita?”**

Católicas pelo Direito de Decidir vem a público manifestar sua surpresa e indignação frente ao recuo do Governo Federal em relação a posições tomadas anteriormente no III PNDH, resultado de ampla discussão realizada por instâncias governamentais com a sociedade brasileira. Um governo que é respeitado no cenário internacional como democrático e defensor dos DH, dobra-se à pressão política da hierarquia católica, sobrepondo interesses eleitorais à vida das mulheres e à dignidade de pessoas homossexuais.

O III PNDH corajosamente abordou questões complexas que há muito tempo

deveriam ser enfrentadas, tais como a autonomia das mulheres para tomar decisões sobre a sua vida reprodutiva, o casamento homossexual e a adoção por casais homoafetivos, bem como as graves questões relativas à distribuição da terra e ao direito de estabelecer a memória e a verdade sobre o período da ditadura militar. O Programa, fiel à separação Igreja-Estado, também evidenciou a inadequação de que símbolos religiosos sejam ostentados em estabelecimentos públicos da União. Não é de menor importância que tais questões ganhem o reconhecimento do Governo depois de ouvir a sociedade brasileira organizada.

Católicas pelo Direito de Decidir que, como parte do povo de Deus, integra a Igreja e está em sintonia com a maioria das mulheres católicas brasileiras, não se identifica com as críticas da CNBB ao III PNDH, além de considerar desrespeitosa e inadequada a identificação do Presidente da República à figura bíblica de um homicida (Herodes).

O Estado, numa sociedade realmente democrática, deve ser laico e não pode se pautar pelas exigências e pressões políticas de nenhuma religião, nem mesmo da religião majoritária. O governo brasileiro, que tem o dever de cumprir acordos internacionais dos quais é signatário (Conferências ONU, OEA e CEDAW), sucumbiu de forma vergonhosa à pressão da CNBB e vai, segundo declarações do Ministro dos Direitos Humanos, retirar do texto final as referências ao aborto como um direito das mulheres.

Católicas pelo Direito de Decidir repudia tanto o intervencionismo autoritário da hierarquia da Igreja, quanto a subserviência do Governo Federal, que visando às eleições, joga no lixo o processo de debate público realizado amplamente com a sociedade brasileira para chegar ao texto do PNDH lançado em dezembro de 2009.

Denunciamos que, mais uma vez, são os direitos das mulheres e de pessoas homossexuais que entram como moeda de troca num contexto de jogo político de forças em que toda a sociedade brasileira perde. Em consonância com inúmeros outros setores da sociedade civil, vimos a público cobrar coerência e consistência do Presidente Lula, do Ministro Paulo Vanucci e demais setores do governo envolvidos nesse retrocesso frustrante e indigno. Chega de defender o princípio abstrato da vida ao preço da morte de

milhares de mulheres.”

Quem são as Católicas

“Católicas pelo Direito de Decidir é uma entidade feminista, de caráter inter-religioso, que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça. (...) CDD/Br promove os direitos das mulheres (especialmente os sexuais e os reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade quanto no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.”

Saiba mais sobre a organização [Católicas pelo Direito de Decidir \(CDD/Br\)](#)

[Acesse o Plano Nacional de Direitos Humanos \(PNDH-3\) em pdf](#)

Indicação de fontes

Flavia Piovesan - advogada e professora da PUC/SP

[Procuradoria do Estado de São Paulo](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3815-9894 / 9997-5003 - piovesan@dialdata.com.br

Fala sobre: Direitos Humanos; direito constitucional; direito ao aborto

Regina Soares Jurkewicz - doutora em sociologia e coordenadora da CDD/Br

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil](#) - CDD/Br

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - cddbr.regina@uol.com.br

Fala sobre: direitos reprodutivos e sexuais, direito ao aborto e direitos humanos; Estado laico

Silvia Pimentel - advogada e integrante do CEDAW/ONU

CEDAW/ONU (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU) e [Cladem \(Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher\)](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5181-1636 / 5181-1640 / 9162-1709 -
cladem@uol.com.br

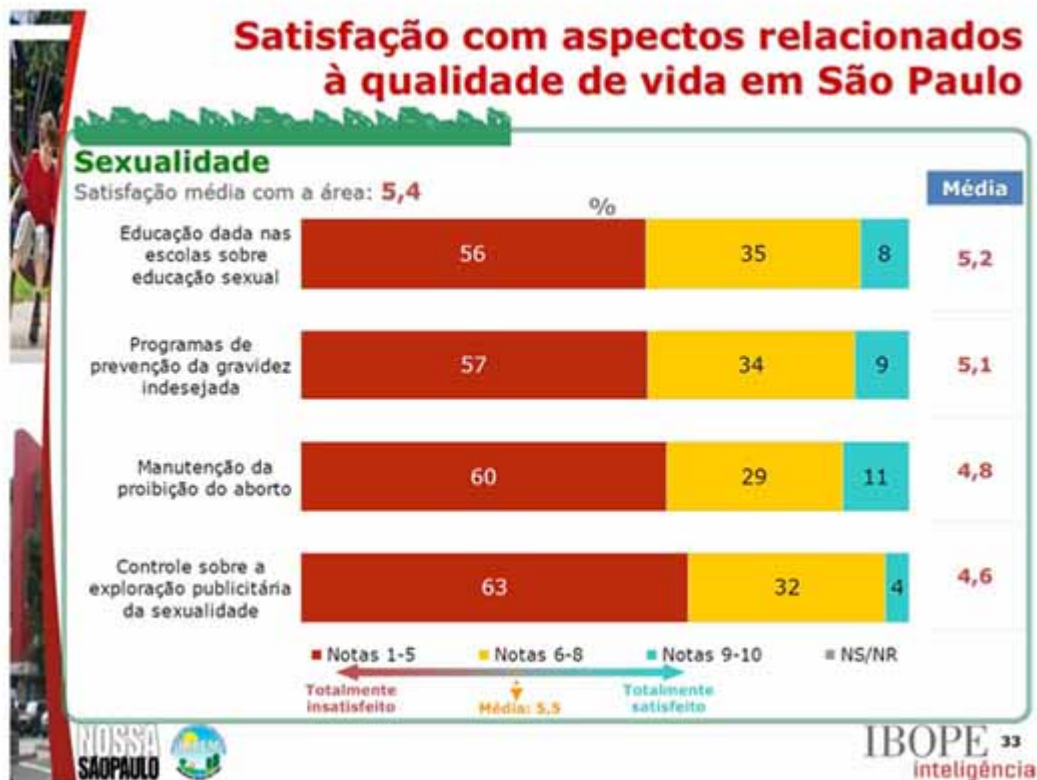
Fala sobre: ONU e direito internacional; direitos das mulheres

60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto

Este dado é revelado pela Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope (IRBEM), realizada para captar o nível de satisfação sobre a qualidade de vida e o bem-estar na cidade, que foi divulgada em janeiro, às vésperas do aniversário de São Paulo.

A pedido do [Movimento Nossa São Paulo](#), o Ibope entrevistou paulistanos em todas as regiões da cidade para saber o nível de satisfação em 25 temas - inclusive aspectos subjetivos como consumo, aparência, sexualidade, espiritualidade e lazer.

Legalização do aborto é importante para qualidade de vida na cidade



Observa-se que 60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto, enquanto 29% declararam-se medianamente satisfeitos e apenas 11% estão totalmente satisfeitos.

Sobre a pesquisa

Em 2009, o Movimento Nossa São Paulo lançou uma mobilização para elaborar um conjunto de indicadores que incluem também aspectos subjetivos sobre as condições de vida em São Paulo. O objetivo da construção do IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) é orientar ações de empresas, organizações, governos e de toda a sociedade, considerando como foco principal o bem-estar das pessoas. Essa consulta pública, realizada de junho a outubro de 2009, contou com a participação de mais de 36 mil pessoas, que atribuíram notas que refletem o grau de satisfação sobre os aspectos considerados mais importantes para a qualidade de vida no município em 25 temas.

[Saiba mais sobre a Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope \(IRBEM\)](#)

Aborto, um grave problema de saúde de pública

A pesquisa Nossa São Paulo dá ênfase aos temas e aspectos mais citados como importantes para a qualidade de vida na cidade.

Um estudo recente sobre a magnitude do aborto no Brasil estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para esse cálculo foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas. (Fonte: [20 anos de Pesquisas sobre Aborto no Brasil - Ministério da Saúde, 2009](#))

Indicação de fontes

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - crstiao@terra.com.br

Fala sobre: aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

Maria José Rosado Nunes- socióloga e professora da PUC/SP

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - mjrosado@terra.com.br

Fala sobre: direito ao aborto, aspectos filosófico, moral e religioso; pensamento católico

Sonia Corrêa- cientista política; coordenadora do SPW; pesquisadora da

ABIA

[Sexuality Policy Watch](#) e [ABIA \(Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS\)](#)

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2223-1040 - scorrea@abiaids.org.br

Fala sobre: direito ao aborto; cenário internacional, ONU e direito internacional

Thomaz Gollop - médico

Instituto de Medicina Fetal (IMF Brasil) e professor de genética médica da USP

www.thomazgollop.com.br

Tel.: (11) 5093-0809 - trgollop@usp.br

Sobre: aborto como problema de saúde pública

02/02/2010 - Garotas e gays jovens serão alvo da Campanha de Aids neste Carnaval

A campanha de prevenção à Aids preparada pelo Ministério da Saúde para este Carnaval e que será lançada em 6 de fevereiro é voltada para mulheres jovens e também para jovens homossexuais.

Conforme nota veiculada pela Folha de S.Paulo, a atriz Luana Piovani dubla uma camisinha em um dos três filmes promocionais da campanha. Neles, um preservativo falante (em animação 3-D) pede aos jovens para não ser “esquecido”.

Segundo o último Boletim Epidemiológico divulgado em novembro pelo Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, foram

registrados mais casos entre garotas de 13 a 19 anos do que em relação aos meninos nesta faixa etária desde 1998. Atualmente, a cada 8 casos notificados de meninos infectados existem 10 casos de meninas.

Segundo o diretor-adjunto do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, Eduardo Barbosa, a maioria dos jovens usa o preservativo na primeira relação sexual, mas quando o relacionamento fica estável, a proteção é deixada de lado. “Na medida que vão tendo confiança no companheiro abandonam o preservativo”, declarou Barbosa em entrevista à Agência Brasil.

A campanha será veiculada nas emissoras de TV e rádio e vai orientar os jovens sobre as formas de contágio do vírus HIV e os cuidados para a prevenção. Está prevista também distribuição de preservativos nos sambódromos e blocos de ruas em diversos estados brasileiros. Eduardo Barbosa informou que o Ministério da Saúde encomendou 1,2 bilhão de preservativos para suas ações nos próximos dois anos.

Programa Saúde e Prevenção nas Escolas

Dentre essas ações está prevista a implementação de um programa voltado ao segmento entre 13 a 24 anos, a ser desenvolvido nas escolas. Os estudantes receberão orientações sobre o contágio, sintomas, prevenção, tratamento e como viver com o vírus HIV. Eduardo Barbosa informou que 50.214 escolas públicas e particulares já integram o programa. Em 10 mil delas, os alunos poderão pegar o preservativo no próprio colégio; a decisão de distribuir ou não é tomada pela comunidade escolar.

A representante em São Paulo da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, Micaela Cyrino, diz que poucas escolas da capital paulista aderiram ao programa. Para ela, as principais razões são as diferenças sociais na metrópole e o preconceito da sociedade em falar de sexo com adolescentes. “As pessoas encaram como incentivo ao sexo e não como prevenção”, diz ela.

De acordo com pesquisas de comportamento sexual do Ministério da Saúde, pessoas entre 15 e 24 anos têm mais parceiros eventuais do que indivíduos de outras faixas etárias. Dados do Ministério indicam que 87% dos homens

de 16 a 19 anos usam camisinha nas relações sexuais eventuais, mas só 42% das mulheres usam o preservativo quando têm esse tipo de relação.

Segundo a diretora do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, Mariangela Simão, entre os homossexuais o problema também é grave. No segmento entre 13 a 24 anos, o número de casos de Aids subiu de 29% para 43,2%, de 1997 a 2007. “Não é fácil mudar comportamento”, reconhece a diretora. No caso dos jovens homossexuais, ela atribui o aumento ao fato de eles não terem vivido a primeira fase da epidemia, quando a discriminação era ainda maior e os tratamentos, menos eficientes.

Indicação de fontes:

Alexandre Grangeiro - médico e pesquisador

[Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-7076

Fala sobre: políticas de Aids; segmentos vulneráveis

Regina Barbosa - médica e pesquisadora

[Núcleo de Estudos de População da Unicamp](#)

São Paulo/SP

Tel.: (19) 3521-5907 - rbarbosa@nepo.unicamp.br

Fala sobre: saúde coletiva; políticas de Aids; prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da Aids entre mulheres

Mafoane Odara Poli Santos - psicóloga e pesquisadora do Nepaids

[Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids \(Nepaids\) do Instituto de Psicologia da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-0620

Fala sobre: juventude e sexualidade

Vera Paiva - psicóloga e pesquisadora do Nepaids

[Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids \(Nepaids\) do Instituto de Psicologia da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3091-4184

Fala sobre: sexualidade; prevenção; atenção psicossocial

01/02/2010 - Cresce apoio ao aborto legal

Aumentou o percentual de brasileiros favoráveis à legalização do aborto. Segundo pesquisa CNT/Sensus, entre janeiro de 2001 e janeiro de 2010, subiu de 17,7% para 22,7% a taxa dos que são à favor da legalização do aborto.

Acesse a matéria em pdf: [O Estado de S.Paulo, 01/02/10](#)

28/01/2010 - Abortando o problema, por Hélio Schwartzman

Nesse artigo veiculado em sua coluna Pensata, na Folha Online, o articulista do jornal Folha de S.Paulo trata da polêmica sobre a inclusão da proposta de descriminalização do aborto no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Leia a seguir trecho do artigo:

“Comecemos com um pequeno experimento mental. Suponhamos por um breve instante que as leis e instituições funcionassem direitinho no Brasil e que todas as mulheres que induzem ou tentam induzir em si mesmas um aborto fora das hipóteses previstas em lei (risco de vida para a mãe ou gravidez resultante de estupro) fossem identificadas, processadas e presas. Neste caso, precisaríamos construir 5,5 novos presídios femininos (unidades de 500 vagas) por dia apenas para abrigar as cerca de 1 milhão de ex-futuras mães que interrompem ilegalmente suas gravidezes a cada ano. (Utilizo aqui o número estimado por Mario Francisco Giani Monteiro e Leila Adesse para 2005).

Recursos igualmente vultosos teriam de ser destinados à edificação de orfanatos, para abrigar as milhares de crianças que ficariam desassistidas enquanto suas mães cumprissem pena.

Vale observar ainda que essa minha conta despreza um número significativo de médicos, parteiras ou simplesmente comadres e amigas que de algum modo auxiliaram as nossas reeducandas a livrar-se dos fetos indesejáveis e, pela lei, também deveriam ir a cadeia.

Minha pergunta é muito simples: Você acha que a aplicação universal do que preconiza a lei do aborto tornaria o Brasil um país melhor ou pior do que é hoje?

Se você não respondeu ‘melhor’, há de concordar comigo que o problema do aborto não é uma questão que se resolva na Justiça. Aliás, normas que a maioria de nós não quer ver integralmente cumpridas são sérias candidatas a leis que não ‘pegam’.”

[Acesse o artigo de Hélio Schwartsman na íntegra: Folha Online - 28/01/10](#)

[Veja síntese da pesquisa Magnitude do Aborto no Brasil](#)

Indicação de fontes:

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra
[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tels.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - cristiao@terra.com.br

Fala sobre: serviços de violência sexual (aborto legal); aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Leila Adesse - médica sanitária e pesquisadora da ENSP/Fiocruz

[Ipas Brasil](#)

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2532-1930 - ladesse@ipas.org.br

Fala sobre: pesquisas sobre aborto inseguro; direito ao aborto; humanização do atendimento às mulheres em situação de abortamento

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

27/01/2010 - Governo recua e vai mudar trecho sobre aborto em programa de direitos humanos

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, admitiu que o governo deve voltar atrás em mais um ponto polêmico do Programa Nacional de Direitos Humanos. O texto que trata da descriminalização do aborto deve ter sua redação alterada para, segundo Vannuchi, retirar pontos de vista que correspondem à opinião do movimento feminista e não do governo.

“A maneira como o aborto foi colocada deve ser reformulada, porque ela corresponde a um ponto de vista formulado na Conferência Nacional de

Mulheres”, afirmou o ministro.

Para Vannuchi, se o Plano se limitasse a “apoiar a descriminalização do aborto”, o tema seria menos polêmico. “Mas o que vem em seguida, ‘tendo em vista a autonomia das mulheres para decidir sobre seu próprio corpo’, é uma bandeira do movimento feminista. E o governo, o próprio presidente Lula, não tem essa visão. Se o presidente não tem, isso evidentemente tem que ser mudado”, defendeu Vannuchi.

[**Leia essa matéria na íntegra em pdf: Agência Brasil - 27/01/10**](#)

13/01/2010 - Nilcéa pedirá que Lula volte atrás sobre aborto em Programa de Direitos Humanos



A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), entidades feministas e representantes da comunidade homossexual protestaram contra a decisão do presidente Lula de retirar do texto do Programa Nacional de Direitos Humanos os temas do direito ao aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Segundo a subsecretária de articulação institucional da SPM, Sônia Malheiros Miguel, a ministra Nilcéa Freire irá falar com o presidente para que o governo não desista destes pontos. “A descriminalização do aborto seria tornar realidade diversos compromissos internacionais assumidos pelo país. É importante revisar essas leis punitivas em relação ao aborto. Vamos continuar defendendo essa posição”, afirmou Sônia Miguel.

Segundo Kauara Rodrigues, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), essa mudança de posição seria um retrocesso e um desrespeito à democracia, impedindo um importante avanço na defesa dos direitos humanos e da saúde e dignidade das mulheres. Estima-se que todos os anos 250 mil mulheres são internadas, só na rede pública, em consequência de gestações interrompidas de forma insegura em clínicas clandestinas, o que torna o aborto a quarta principal causa de morte materna no país.

[Leia na íntegra a matéria publicada pelo jornal O Globo \(13/01/10\)](#)

Cresce apoio a aborto legal, diz pesquisa

Aumentou o percentual de brasileiros favoráveis à legalização do aborto. Segundo pesquisa CNT/Sensus, entre janeiro de 2001 e janeiro de 2010, subiu de 17,7% para 22,7% a taxa dos que são à favor da legalização do aborto.

[Acesse a matéria em pdf: Estadão Online - 01/02/10](#)

Acesse o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) em pdf

Direito ao aborto e união de homossexuais são alguns dos temas polêmicos do PNDH

A terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançada pelo governo federal em 21 de dezembro do ano passado só recebeu maior atenção da imprensa na segunda semana de janeiro, em meio à controvérsia sobre a criação de uma Comissão da Verdade sobre a ditadura militar. Entre os temas do PNDH-3 que geram polêmicas estão: tortura, aborto, símbolos religiosos, união de homossexuais, mídia e controle de terra.

A mídia nacional levou dois dias para mostrar à sociedade que as duas versões anteriores do Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996 e 2002, eram similares à terceira versão lançada em 2009; assuntos como direito ao aborto, controle social da mídia e conflitos de terra também foram abordados nas edições anteriores do PNDH (veja a comparação entre os

planos elaborados nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e de Lula na reportagem publicada pela [Folha de S. Paulo em 12/01/10](#)).

O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, declarou que o documento precisa ser bem amplo. “O plano é a fotografia do que o governo e a sociedade civil almejam dos direitos humanos”, diz Pinheiro. “É genérico porque os direitos humanos são abrangentes. Não dá para fazer um programeto da área.”

Para a desembargadora aposentada do TJ-RS, Maria Berenice Dias, que advoga na área dos direitos homoafetivos, ainda que muitos pontos não sejam implementados no curto prazo, é importante que o governo mostre seu comprometimento. “O reconhecimento homoafetivo [incluído no plano] enfraquece a postura daquele congressista que tem medo de votar a favor [da união de pessoas do mesmo sexo]”, afirma a desembargadora.

Carlos Alberto Idoeta, fundador da seção brasileira da Anistia Internacional, alerta que é preciso ser cauteloso com a utilização do plano para ataques político-partidários, até mesmo dentro do próprio governo. “[A área de direitos humanos] é muito maltratada por parte da opinião pública. Há uma desconfiança enorme”, diz ele.

[Leia a reportagem da Folha de S.Paulo \(09/01/10\) em pdf](#)

Saiba mais sobre o direito ao aborto e o PNDH:

- [Abortando o problema, de Hélio Schwartzman \(Folha Online - 28/01/10\)](#)
- [O fato é que a sociedade já discute o PNDH-3, de Flávia Piovesan, procuradora e professora de Direitos Humanos \(O Estado de S.Paulo - 17/01/10\)](#)
- [O ano já começou, de Rosângela Aparecida Talib, psicóloga, mestra em ciências da religião e integrante da equipe de coordenação da ONG Católicas pelo Direito de Decidir \(Folha de S. Paulo - 15/01/10\)](#)
- [Plano inchado tem origem na ONU, de Hélio Schwartzman \(Folha de S.Paulo - 13/01/10\)](#)

- [Aborto e Direitos Humanos, de Debora Diniz, professora da UnB e pesquisadora do Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero \(Correio Braziliense - 09/01/10\)](#)

Indicação de fontes

Débora Diniz - antropóloga

[Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero](#)

Brasília/DF

Tel.: (61) 3343-1731 - anis@anis.org.br

Fala sobre: direito ao aborto; bioética; direitos das mulheres

Flavia Piovesan - advogada e professora da PUC/SP

[Procuradoria do Estado de São Paulo](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3815-9894 / 9997-5003 - piovesan@dialdata.com.br

Fala sobre: Direitos Humanos; direito constitucional; direito ao aborto

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

Silvia Pimentel - advogada e integrante do CEDAW/ONU

CEDAW/ONU (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU) e [Cladem \(Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher\)](#)

São Paulo/SP

Tels.: (11) 5181-1636 / 5181-1640 / 9162-1709 - cladem@uol.com.br

Fala sobre: ONU e direito internacional; direitos das mulheres; participação das mulheres em espaços de poder e decisão

Sonia Corrêa - cientista política; coordenadora do SPW; pesquisadora da ABIA

[Sexuality Policy Watch](#) e [ABIA \(Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS\)](#)

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2223-1040 - scorrea@abiaids.org.br

Fala sobre: direito ao aborto; cenário internacional, ONU e direito internacional

07/01/2010 - Aids matou mais que dengue e gripe suína na Bahia

Foco excessivo nas epidemias de dengue e gripe H1N1 deixa para segundo plano campanhas de massa para prevenção de Aids

A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia disponibilizou em seu site um banco de informações sobre Aids que indica que em 2009 houve 787 novos casos e 86 mortes por Aids em adultos, destes últimos, 20 só em Salvador. O número de novos casos é 30% menor em relação ao de 2008, que foi de 1.136 casos; mesmo com a baixa, o número de óbitos por Aids é maior do que o de casos de dengue e gripe H1N1 (também conhecida como gripe suína).

Até o final de janeiro o Programa Estadual de DST/Aids deve lançar a campanha de prevenção a doenças no verão e Carnaval. As ações educativas de prevenção de Aids e DSTs serão realizadas não apenas no circuito do Carnaval, mas em aeroportos, rodoviárias e portos, de forma independente à campanha do Ministério da Saúde.

A prevenção de Aids na Bahia contará também com o Bloco da Camisinha, uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz, ligada ao Ministério da Saúde. O bloco irá distribuir cerca de 10 mil camisinhas e, por adotar uma política de inclusão social, será aberto a quem quiser participar.

[Leia a matéria publicada em A Tarde, de Salvador.](#)

15/12/09 - Campanha Meu Nome Não É Aids

Campanha Meu Nome Não É Aids



Quem vive com HIV e Aids pode trabalhar, estudar, namorar, constituir família e fazer exercícios físicos como todo mundo. Quem vive com HIV/Aids só não pode conviver com o preconceito.

A Campanha Meu Nome Não É Aids conta histórias reais de pessoas que vivem com HIV e Aids. São 12 postais e 1 calendário. As fotos foram produzidas durante as filmagens do documentário Histórias Posithivas, com locações em Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. O documentário é dividido em 13 vídeos que contêm informações úteis sobre a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aidse e mostram que soropositivos e soropositivas podem trabalhar, estudar, praticar esportes, namorar e levar uma vida normal como todo mundo.

A campanha é uma iniciativa é do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O material é destinado aos Serviços de Atenção Especializada em Aids (SAE), mas pode ser exibido em outros locais como salas de espera de serviços de saúde, consultórios, universidades, escolas, presídios etc.

Veja os vídeos em <http://www.aids.gov.br/historiasposithivas>.

Temas dos documentários Histórias Posithivas

1. HIV e outras siglas: saiba mais (4'02")

2. Volta por cima: vivendo com HIV/Aids (7'42")
 3. Direitos de quem vive com HIV (4'48")
 4. Aids tem tratamento (5'50")
 5. Adesão: o tratamento no dia-a-dia (4'46")
 6. Consultas, exames e cuidados com a saúde (5'30")
 7. Uso de álcool e outras drogas e o tratamento de Aids (6'22")
 8. Mexa-se e coma bem: exercícios físicos e boa alimentação (4'36")
 9. Amor, sexo e HIV (6'01")
 10. Brincar e crescer com HIV (6'51")
 11. Jovens com HIV: sonhar é possível (6'28")
 12. Lipodistrofia: o que é isso? (3'33")
 13. HIV, tuberculose e hepatites (4'31")
-

A hipocrisia sobre o aborto no Brasil e a morte de Neide Mota - por Margareth Arilha

A morte da ex-médica anestesiolegista Neide Mota, acusada de realizar abortos em sua clínica em Campo Grande (MS), levou a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) - organização que trabalha para a promoção dos direitos reprodutivos - a publicar em seu site artigo em que a diretora executiva Margareth Arilha critica a hipocrisia das autoridades e de alguns setores da sociedade ao lidar com o caso.

Sobre Neide Mota

“Afrontava o poder público, as autoridades locais, denunciava a hipocrisia de instituições e de personagens que, segundo ela mesma contava, não se furtavam a levar mulheres jovens para sua clínica e pagar por abortos que os livrariam de situações públicas vexatórias, e/ou de compromissos éticos,

morais e financeiros futuros. No mundo público a crítica ao direito de decidir. No mundo privado, o pagamento em *cash*.”

Perguntas sem resposta

A diretora da CCR questiona a forma como imprensa, parlamentares, polícia, associações médicas e o poder Judiciário agiram para criminalizar a médica, pacientes e funcionários da clínica:

“A invasão de sua clínica suscitou perguntas que até o momento não estão totalmente respondidas: por que a visita sorrateira da Rede Globo àquela clínica naquele momento? Como foi possível tanta rapidez entre o programa televisivo e a demanda de ação por parte do deputado Bassuma em acionar o Ministério Público para denunciá-la?”

Margareth Arilha aponta também a omissão e a “displícência”: dos conselhos de medicina, que se calaram diante do desrespeito à confidencialidade dos prontuários médicos recolhidos pela polícia, e do poder Judiciário, que permitiu livre acesso e até o desaparecimento de fichas.

[Acesse aqui esse artigo na íntegra.](#)

[Saiba mais sobre o caso.](#)